



DA EDUCAÇÃO PARA OS FILHOS DE GENTE COMUM À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O QUE SUBJAZ NA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Elio Antonio Ceribola Crespam¹

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

E-mail: elioaccrespam@gmail.com

Claudilene Licio Dias Chaves²

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Claudias.educ@hotmail.com

Conforme o Dicionário Michaelis a palavra “currículo” deriva do latim *curriculu* e significa 1. A ação de correr. 2. Pequena Carreira, atalho. 3. Curso 4. Conjuntos da matéria de um curso escolar 5. Parte de um curso literário. No Dicionário Interativo da Educação Brasileira (MENEZES, 2002) o currículo é definido como “Conjunto de disciplinas sobre um determinado curso ou programa de ensino ou a trajetória de um indivíduo para o seu aperfeiçoamento profissional”. A primeira vez que o termo foi utilizado para designar um plano estruturado de estudos data do ano de 1633 no Oxford English Dictionary (ZOTTI, 2006)

Na transição da sociedade feudal para a capitalista (Século XVII), os pressupostos de Jan Amós Comenius (1592 – 1670), defenderam, em sua obra mais célebre, a Didática Magna (1627) o estudo público, gratuito e obrigatório, tornando-o o precursor da organização do ensino escolar.

Muito antes da consolidação do campo dos estudos curriculares, percebemos nos ideais comenianos o ensejo de sistematizar o ensino e estabelecer uma metodologia para o processo educativo.

¹ Arte-educador; Acadêmico do Curso de Mestrado, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Professor da Rede Básica de Ensino da Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS.

² Pedagoga, Acadêmica do Curso de Mestrado, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Professora da Rede Básica de Ensino do Estado do Mato Grosso do Sul.



Embora não efetivado em seu tempo, o modelo escolar comeniano foi utilizado pelo Capitalismo consolidado no Século XVIII. Durante a Revolução Francesa (1789 – 1799), desintegra-se o modelo de educação Feudal, surge a concepção de educação pública nacional, neste momento histórico a educação do cidadão passa ao rol de responsabilidades do Estado.

Surgem educadores como Pestalozzi (1746 -1827) que organizou um modelo de Currículo voltado à educação infantil pautado nos estudos da oralidade, aritmética, geografia, canto, artes manuais e atividades em grupo ao ar livre.

Já no início do Século XX os estudos de John Dewey (1859 – 1952) apontaram questionamentos quanto à disparidade existente entre a escola, o currículo e a vida da criança. Suas propostas educacionais, ancoradas no Pragmatismo, rejeitavam a fragmentação do conhecimento tampouco reconheciam sua construção separada da experiência.

Mesmo que a inquietude com o quê e como ensinar nas escolas se manifeste desde os postulados de Comenius, os estudos sobre Currículo surgiram efetivamente entre o final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos da América com o propósito de debater a situação enfrentada pelas escolas públicas daquele país tal como buscar soluções que apontassem “formas de garantir que tantos quantos alunos possível passassem nos testes” (YOUNG, 2013).

A época, estudos sobre como potencializar a produtividade foram aplicados nas fábricas, Franklin Bobbitt, mentor desses estudos, acreditou que os mesmos lograriam êxito se fossem aplicados também na escola. Assim sendo, sem o questionamento do que deveria ser ensinado na escola, o conceito de currículo em sua gênese foi interpretado como “a instrução e a organização eficiente dos recursos para o ensino” (CALLAGHAN, 1964 apud YOUNG, 2013, p. 5).

Os primeiros críticos da concepção prescritiva do Currículo foram Michael Apple (APPLE, 1975) e William Pinar (PINAR, 1978) nos Estados Unidos da América e em “uma expressão mais formal” (YOUNG, 2013) foi apontado em comutação do hegemônico conceito de “educação liberal” em uso no Reino Unido, desta vez por meio dos estudos de Hirst e Peters (1970).



No Brasil em consonância com as orientações da Constituição Federal de 1988 que no art. 210 determinou e demandou o dever do Estado em elaborar e fixar “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Foram elaborados e distribuídos pelo Ministério da Educação a partir do ano 1995, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/RCNEI (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/DCNEI (BRASIL, 1999) e recentemente a Base Nacional Comum Curricular/BNCC (BRASIL, 2016) - em segunda versão revista - foi elaborada em resposta à demanda aberta pela Constituição Federal (BRASIL, 1988,) pela Lei de Diretrizes e Bases (1996 e sua reformulação de 2013), pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2009) e pelo Plano Nacional de Educação/PNE (2014-2024).

Podemos perceber diante o exposto, que, embora o campo dos estudos curriculares inaugure oficialmente no início do Século XX por meio dos estudos de Bobbit, a expressão de uma coletânea de saberes assim como a metodologia de sua distribuição esboçava-se, ainda que em forma de ensaios, desde os estudos de Comenios percorrendo até seu modelo mais atual personificada nos documentos escolares oficiais.

Este estudo está orientado pela investigação da trajetória histórica da construção/implantação do currículo no contexto educacional. Ainda que percebamos a preocupação com o que e como ensinar desde postulados de Jan Amós Comenius, tomamos como partida o século XIX e a transformação do modo de produção por meio da consolidação da Revolução Industrial - que à nossa ótica transformou também o modo de educar as crianças - chegando aos dias atuais com a recente aprovação da Base Nacional Comum Curricular.

No discurso vigente, o currículo é apontado como artefato social, construído coletivamente, responsável pela seleção e organização do conhecimento poderoso distribuído nas instituições educacionais, em particular neste estudo, nas de Educação Infantil, conquanto, parece-nos que às características que foi engendrado, o currículo sempre esteve a serviço da sociedade capitalista burguesa e à formação para o mercado de trabalho.



PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Currículo; Base Nacional Comum Curricular; Educação Básica; Educação Infantil;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENEZES, E. T., SANTOS, T. H. "Currículo" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

YOUNG, Michael. **A superação da crise em estudos curriculares: Uma abordagem baseada no conhecimento**. In: FAVACHO, A. M.P., PACHECO, J.A., SALES, S. R. Currículo: Conhecimento e Avaliação: divergências e tensões, organizadores. – 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.